

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São José do Rio Preto

FORO ESPECIALIZADO DAS 2ª, 5ª E 8ª RAJS

VARA REG COMPETÊNCIA EMPRESARIAL E DE CONFLITOS

RELACIONADOS À ARBITRAGEM

RUA ABDO MUANIS, Nº 991, SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP - CEP

15090-140

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: 1000488-88.2024.8.26.0359  
Classe - Assunto: Recuperação Extrajudicial - Liminar  
Requerente: LUIZ BAPTISTA JUNIOR AGROPECUARIA LB e outros

Juiz(a) de Direito: Dr(a). PAULO ROBERTO ZAIDAN MALUF

Vistos

processo nº 1000488-88.2024.8.26.0359

1 – Trata-se de pedido de homologação de plano de recuperação extrajudicial formulado por

LUIZ BAPTISTA JUNIOR

- empresário produtor rural - - CPF nº 097.402.988-26

- CNPJ nº 54.799.669/0001-14

- CNPJ nº 08.391.949/0001-71; e

SANDRA AMALIA MARCUSSI NABAS BAPTISTA

- empresária produtora rural - CPF nº 120.977.978-14

- CNPJ nº 27.734.224/0001-83,

doravante denominados AGROPECUÁRIA LB, *qualificados nos autos*, com principal estabelecimento e escritório de negócios em Oswaldo Cruz/SP (pertencente à 5ª RAJ).

2 - O pedido está fundamentado nos artigos 161 e seguintes da Lei nº 11.101/05 (Lei de Recuperação de Empresas e Falência - LRF).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São José do Rio Preto

FORO ESPECIALIZADO DAS 2ª, 5ª E 8ª RAJS

VARA REG COMPETÊNCIA EMPRESARIAL E DE CONFLITOS

RELACIONADOS À ARBITRAGEM

RUA ABDO MUANIS, Nº 991, SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP - CEP

15090-140

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

3 – Em 17/02/2025 foi deferido o processamento do pedido de homologação de plano de recuperação extrajudicial (decisão de fl. 828), nomeando-se a empresa ANZ BRASIL ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL como Administradora Judicial.

4 – DECIDO.

5 – Observo que a última decisão se encontra a fl. 1191 dos autos.

6 – PROCEDIMENTO DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS

- RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Conforme anteriormente indicado, o processo de recuperação de empresas tem por objetivo “viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica” (artigo 47 da LRF).

A recuperação extrajudicial de empresas, permitida pela LRF e regulamentada nos artigos 161 a 167 da Lei nº 11.101/05, tem como objetivo a composição privada celebrada entre o devedor e uma parte – ou a totalidade – dos credores de uma ou mais classes ou grupos.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA de São José do Rio Preto**
**FORO ESPECIALIZADO DAS 2ª, 5ª E 8ª RAJS**
**VARA REG COMPETÊNCIA EMPRESARIAL E DE CONFLITOS**
**RELACIONADOS À ARBITRAGEM**
**RUA ABDO MUANIS, Nº 991, SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP - CEP 15090-140**
**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

Como é cediço, existem duas modalidades de recuperação extrajudicial: a primeira, meramente homologatória ou facultativa, prevista no artigo 162 da LRF, caracterizada pela aderência de todos os credores sujeitos ao plano, e a segunda, impositiva, prevista no artigo 163 da LRF, na qual apenas parte dos credores concordam com as alterações das condições ou forma de pagamento de seus créditos, sendo que a homologação do plano de recuperação extrajudicial implicará na imposição deste plano, mesmo contra a vontade, a todos os credores não aderentes (ou dissidentes) da mesma classe ou grupo.

O acordo – Plano de Recuperação Extrajudicial - está condicionado à homologação judicial, para produzir efeitos não apenas em relação aos credores aderentes, mas também, e de forma impositiva, aos demais credores (da mesma classe ou grupo), em minoria dissidente, vinculando os seus créditos às condições contratuais anuídas com a maioria dos credores.

Assim, a homologação judicial confere força de título executivo judicial ao acordo  
- Plano de Recuperação Extrajudicial.

07 – CRÉDITOS ABRANGIDOS neste pedido de homologação de  
PLANO DE RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL  
CRÉDITOS da classe II – GARANTIA REAL  
– artigo 83, inciso II, LRF  
CRÉDITOS da classe III – QUIROGRAFÁRIOS

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São José do Rio Preto

FORO ESPECIALIZADO DAS 2ª, 5ª E 8ª RAJS

VARA REG COMPETÊNCIA EMPRESARIAL E DE CONFLITOS

RELACIONADOS À ARBITRAGEM

RUA ABDO MUANIS, Nº 991, SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP - CEP

15090-140

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

– artigo 83, inciso VI, LRF

De acordo com o PLANO DE RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL apresentado pela Recuperanda, estão abrangidos os créditos com GARANTIA REAL (artigo 83, inciso II, LRF) e os créditos considerados QUIROGRAFÁRIOS (artigo 83, inciso VI, LRF).

**08 – RELATÓRIO INICIAL**

Observo que a Administradora Judicial apresentou o RELATÓRIO INICIAL, indicando as reais condições de funcionamento das empresas produtoras rurais do GRUPO AGROPECUÁRIA LB, bem como verificando a completude e a regularidade da documentação apresentada.

**09 – EVOLUÇÃO PROCESSUAL**

Oportuno salientar que todas as impugnações, habilitações e divergências já foram decididas por este Juízo da Vara Regional Empresarial.

Não obstante o julgamento das impugnações, não é demais frisar que mesmo que houvessem impugnações pendentes de julgamento, não impediriam a análise do Relatório Final já apresentado nestes autos.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São José do Rio Preto

FORO ESPECIALIZADO DAS 2ª, 5ª E 8ª RAJS

VARA REG COMPETÊNCIA EMPRESARIAL E DE CONFLITOS

RELACIONADOS À ARBITRAGEM

RUA ABDO MUANIS, Nº 991, SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP - CEP

15090-140

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min****10 – RELATÓRIO FINAL**

O RELATÓRIO FINAL se encontra a fl. 1212, com análise das impugnações e objeções, contando ainda com parecer conclusivo sobre o quórum previsto no artigo 163 da LRF, diante das impugnações e objeções analisadas e das manifestações de anuência também apresentadas, indicando a possibilidade de homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial.

De acordo com a Administradora Judicial, o Plano de Recuperação Extrajudicial, firmado por mais de 50% do valor total dos créditos abrangidos —conforme comprovado documentalmente nos autos -, propõe o parcelamento das dívidas em condições específicas, com definição de prazos de carência, critérios de atualização monetária, formas de pagamento e a preservação de garantias originárias, quando existentes.

Ademais, o RELATÓRIO FINAL concluiu e consolidou todas as análises procedidas, desde o exame do quórum de adesão até o controle de legalidade das cláusulas do plano, bem como o tratamento conferido às manifestações dos credores.

**11 – PLANO DE RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL****VERIFICAÇÃO DO QUÓRUM**

Conforme indicado no RELATÓRIO FINAL, a Classe II – Garantia Real soma créditos no valor de R\$ 2.888.228,11, com adesão de R\$ 1.691.742,21, correspondente a


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São José do Rio Preto

FORO ESPECIALIZADO DAS 2ª, 5ª E 8ª RAJS

VARA REG COMPETÊNCIA EMPRESARIAL E DE CONFLITOS

RELACIONADOS À ARBITRAGEM

RUA ABDO MUANIS, Nº 991, SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP - CEP

15090-140

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

58.57%, ao passo que a Classe III – Quirografários soma créditos no valor de R\$ 4.943.805,56, com adesão de R\$ 2.882.387,76, correspondente a 58.30%, favorável à homologação do Plano de Recuperação Judicial – percentual que autoriza a homologação - artigo 163, *caput*, LRF.

## 12 - DECIDO

### HOMOLOGAÇÃO

do PLANO DE RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

e CONCESSÃO DA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Ante o exposto, com fundamento no artigo 164, § 5º, da LRF (Lei nº 11.101/05), HOMOLOGO o Plano de Recuperação Extrajudicial, para que produza efeitos, e CONCEDO a Recuperação Extrajudicial aos empresários produtores rurais LUIZ BAPTISTA JUNIOR (CPF nº 097.402.988-26 - CNPJ nº 54.799.669/0001-14 - CNPJ nº 08.391.949/0001-71) e SANDRA AMALIA MARCUSSI NABAS BAPTISTA (CPF nº 120.977.978-14 - CNPJ nº 27.734.224/0001-83), o qual vincula os credores da Classe II – Garantia Real e da Classe III – Quirografários abrangidos.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

## 13 – NOVAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

### CRÉDITOS ABRANGIDOS



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA de São José do Rio Preto  
FORO ESPECIALIZADO DAS 2ª, 5ª E 8ª RAJS  
VARA REG COMPETÊNCIA EMPRESARIAL E DE CONFLITOS  
RELACIONADOS À ARBITRAGEM  
RUA ABDO MUANIS, Nº 991, SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP - CEP  
15090-140  
**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

Repita-se que a novação das obrigações decorrentes da homologação do plano de recuperação extrajudicial é definitiva.

Deste modo, a homologação do plano de recuperação extrajudicial implicará na imposição deste plano, mesmo contra a vontade, a todos os credores não aderentes (ou dissidentes) da mesma classe ou grupo.

A homologação judicial confere força de título executivo judicial ao acordo - Plano de Recuperação Extrajudicial.

Assim, eventual descumprimento das obrigações não permite a convolação em falência ou o retorno das obrigações às condições originárias, podendo o credor apenas protestar o título executivo judicial e pleitear a falência baseada na impontualidade do devedor (artigo 94, inciso I, LRF).

14 - FIM do STAY PERIOD

- créditos abrangidos

Em razão da aprovação do plano de recuperação extrajudicial e da novação dos créditos, declaro encerrado o período de blindagem (stay period) na data da publicação desta SENTENÇA no DJE, caso já não tenha sido encerrado em razão do decurso do prazo.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São José do Rio Preto

FORO ESPECIALIZADO DAS 2ª, 5ª E 8ª RAJS

VARA REG COMPETÊNCIA EMPRESARIAL E DE CONFLITOS

RELACIONADOS À ARBITRAGEM

RUA ABDO MUANIS, Nº 991, SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP - CEP

15090-140

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

15 – Fl. 1273 – objeção apresentada pelo Banco do Brasil: como indicado acima, a homologação do plano de recuperação judicial vincula todos os credores abrangidos.

16 – Ciência aos Recuperandos, à Administradora Judicial, aos credores e interessados quanto aos demais documentos, relatórios e ofícios juntados aos autos.

17 – Intime-se o Ministério Público, para ciência desta SENTENÇA e ciência quanto aos demais documentos, relatórios e ofícios juntados aos autos.

18 – Intimem-se.

São José do Rio Preto, 12 de agosto de 2025.

PAULO ROBERTO ZAIDAN MALUF

*Juiz de Direito – assinatura digital*

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA